



Carta do IBRE

Luiz Guilherme Schymura

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE



Dívidas e efeito modesto da isenção do IR afetam sensação de bem-estar do brasileiro

O mercado de trabalho brasileiro apresentou desempenho bastante positivo nos últimos anos, mas isso não foi acompanhado por melhora equivalente na percepção de bem-estar econômico.

O Índice de Confiança do Consumidor do FGV-IBRE se situa abaixo de 100 – em território negativo, portanto – há alguns anos, e o mesmo vale para o índice desagregado nas diversas faixas de renda. O menor nível de pessimismo se encontra entre os mais ricos, com renda mensal acima de R\$ 9,6 mil. Já a pesquisa Quaest-Genial de maio deste ano mostra que 69% dos brasileiros consideram seu poder de compra menor do que um ano atrás, e apenas 9% dizem que a renda aumentou mais que o custo de vida. Esses resultados contrastam com a alta real da

renda média e da massa salarial registrada pela PNADC.

Estudo de economistas do IBRE (Fernando de Holanda Barbosa Filho, Janaína Feijó e Paulo Peruchetti), abordado na Carta do IBRE de abril deste ano,¹ mostrou que parte da melhora observada nos indicadores do mercado de trabalho decorre de mudanças estruturais, como transformações demográficas e educacionais.

Em exercício contrafactual, mantendo-se constante a estrutura educacional e etária da população no nível de 2012, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2026 seria de 7,4%, e não os 6,1% efetivamente registrados; e o rendimento médio do trabalho seria de R\$ 2.873 (inferior ao de 2012), e não os R\$ 3.722 de fato reportados. Já o contrafactual em

que se acrescenta, ao exercício citado, o deflacionamento da renda pelo IPCA da alimentação leva a um rendimento médio no primeiro trimestre de 2026 de apenas R\$ 2.361.

Também se destacou na Carta do IBRE de abril a concentração do emprego em ocupações com remuneração inferior à média nacional, o que limita os ganhos efetivos de bem-estar.

Endividamento

Uma outra questão relevante é o endividamento das famílias brasileiras. Dados do Banco Central mostram que o comprometimento de renda está bem elevado, próximo de 30%. Já a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

aponta algo próximo daquele valor, variando entre as diferentes faixas de renda.

Estudo publicado pelo Banco Central em 2020 confirmou a ocorrência no Brasil de um padrão internacional, mostrando que os indivíduos que se endividaram mais intensamente entre 2011 e 2014 foram os que apresentaram maiores cortes de consumo nos anos de recessão que se seguiram.

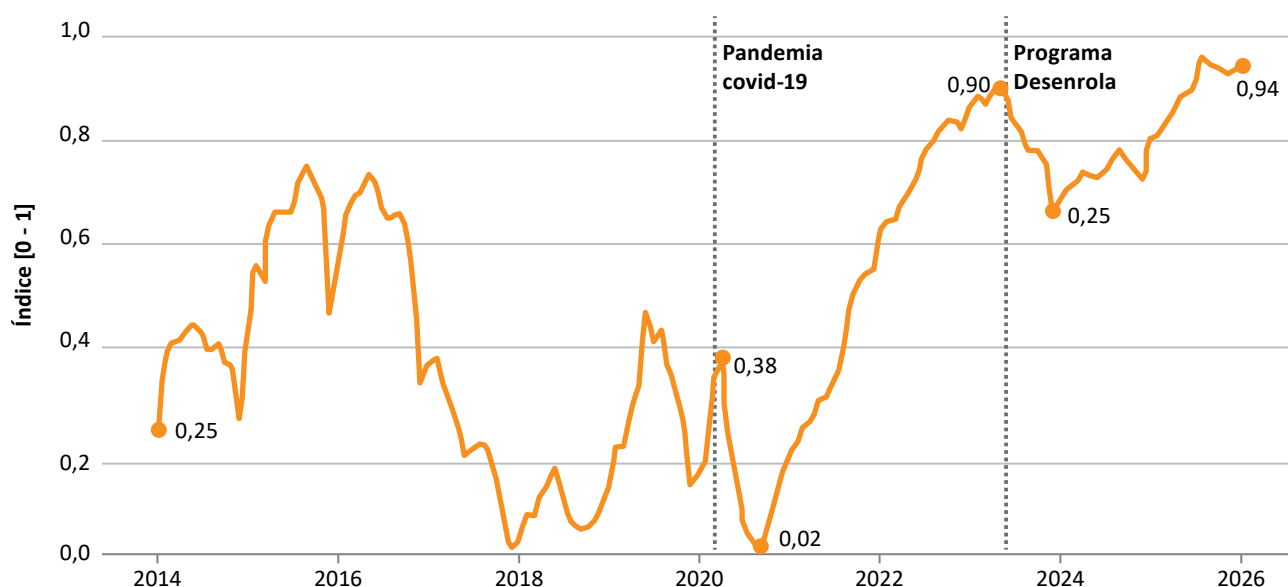
Esse efeito mostrou-se mais forte quando o endividamento original se concentrava em modalidades de crédito que tipicamente têm juros maiores e prazos mais curtos. O estudo do BC demonstrou também o papel relevante dos bancos públicos na intensificação do endividamento no final do ciclo de crédito, entre 2011 e 2014, especialmente para os servidores

públicos, que tinham mais acesso a essa fonte de recursos.

O aumento do comprometimento da renda das famílias não se dá apenas junto ao sistema financeiro, mas também está ligado a outras modalidades de crédito não financeiro (boletos de lojas, por exemplo). O serviço das dívidas compromete o consumo de outros itens do cotidiano das famílias (como energia elétrica, água e gás, educação, saúde e lazer), impactando diretamente o bem-estar da população.

No gráfico 1 nota-se que o Índice de Desconforto de Crédito (IDC) – que varia de 0 a 1, e piora à medida que cresce – encontra-se atualmente no seu pior nível (0,94) desde 2014. Observa-se também que, após o primeiro programa Desenrola, houve uma melhora, com o índice caindo de 0,9 para

Gráfico 1: Índice de Desconforto do Crédito (IDC)



Fonte: Lauro Gonzalez, Rafael Schiozer e Matheus L. Carrijo (2026).

0,67, mas seguida de nova piora, já que as causas estruturais do problema, como o juro real muito elevado e a falta de educação financeira da população, não foram atacadas. Programas como o Desenrola 1 e 2, inclusive, podem ser um desincentivo à adimplência, podendo significar, para as famílias, o que sucessivos Refis (Programa de Regularização Fiscal) significam para o planejamento tributário das empresas.

O IDC, metodologia de Lauro Gonzalez, Rafael Schiozer e Matheus L. Carrijo (2026), é construído a partir de índices de inadimplência, comprometimento de renda com a dívida e qualidade de crédito. Neste último caso, considera-se a fração do crédito livre de pessoa física alocada em modalidades mais onerosas (cheque especial, crédito pessoal não consignado e cartão de crédito rotativo e parcelado). Esse indicador atingiu 25% em abril de 2026, o maior nível desde agosto de 2007.

Dados da Serasa Experian mostram que o número de consumidores inadimplentes no Brasil subiu de 59 milhões em dezembro de 2016 para 83,4 milhões em abril de 2026 ou de 39,5% para 50,8% da população adulta. Barbosa Filho – que, junto com Feijó e Peruchetti, fez a pesquisa em que se baseou esta Carta – observa que o aumento do número de inadimplentes acompanha o processo de maior bancarização da população brasileira, impulsionado pelo advento

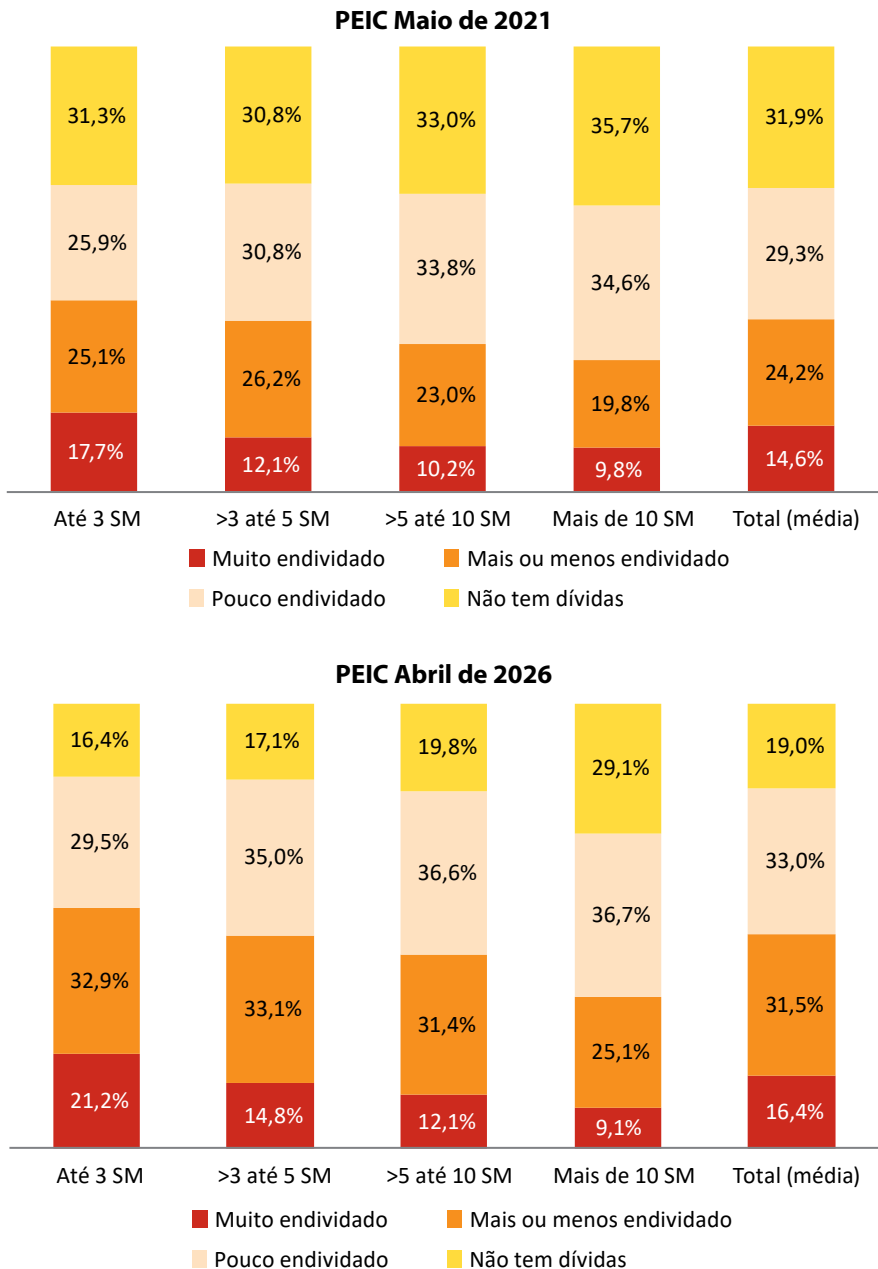
de financeiras, *fintechs* e outras inovações financeiras.

Entre janeiro de 2018 e abril de 2026, a participação dos bancos na carteira inadimplente ficou aproxi-

madamente estável, em respectivamente 28,2% e 27,5%. Já a parcela das financeiras, que tendem a cobrar juros maiores, subiu de 7,6% para 19,8%. Outros credores da dí-

Gráfico 2: Endividamento por faixa de renda

Respostas à pergunta: “pensando na sua renda mensal e da sua família (das pessoas que moram com você) que está comprometida com dívidas, como você se considera hoje?”



vida inadimplente são empresas de luz, gás e telefonia, varejo, serviços, securitizadoras, cooperativas etc.

Em termos de abertura por renda, como se vê no gráfico 2, a PEIC mostra que, para todos os níveis de renda, o número de pessoas que reporta não ter dívida diminuiu. Já os muito endividados e os mais ou menos endividados subiram em praticamente todas as faixas de renda. A única exceção se dá para as pessoas que ganham mais de dez salários mínimos e que se declaram muito endividadas.

O endividamento das famílias tem crescido independentemente do nível de renda, mas de forma mais substancial entre os mais pobres. O número de pessoas ganhando até três salários mínimos que reportam que suas famílias es-

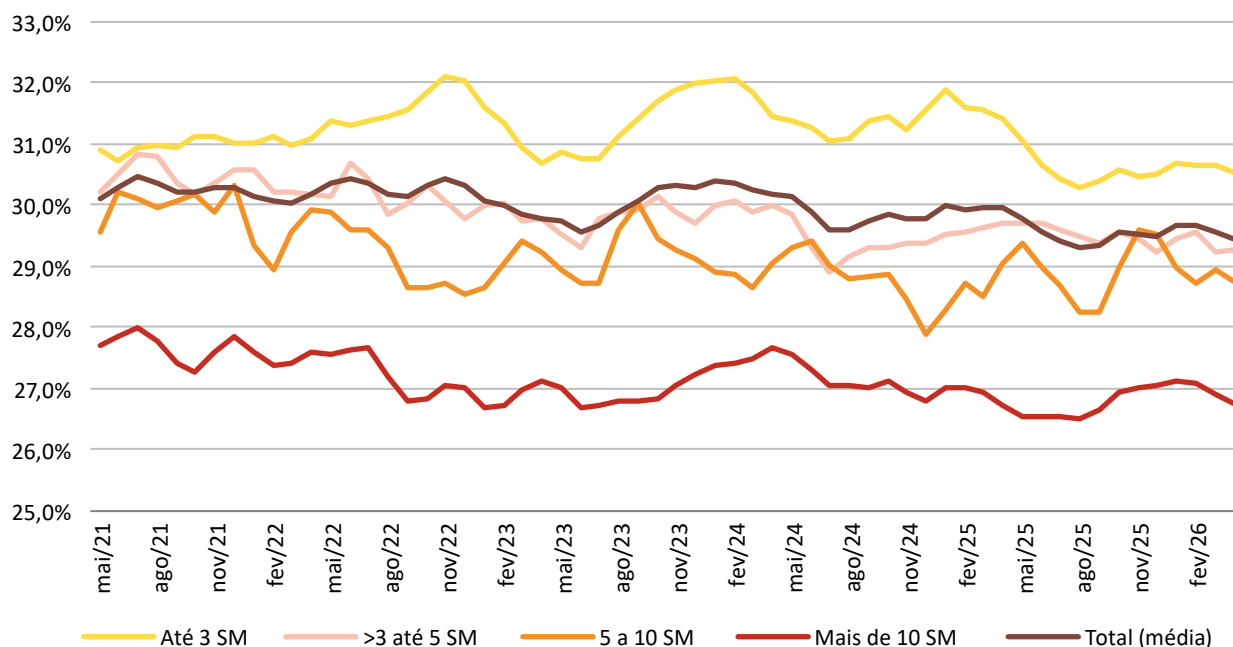
tão muito ou mais ou menos endividadas subiu de 42,8% em maio de 2021 para 54,1% em abril de 2026. E no grupo entre três e cinco salários mínimos, esse indicador foi, entre as duas datas, de 38,3% para 47,9%. A mudança é menor nas faixas mais altas de renda.

A PEIC aponta ainda que o percentual de famílias endividadas, com atrasos em dívidas e que não terão condição de pagar dívidas em atraso cresce à medida que a renda diminui. Cerca de 83,6% das pessoas que ganham até três salários mínimos estão endividadas. No caso de pessoas que ganham mais de dez salários mínimos esse número cai para 70,8%. Quase 40% dos consumidores que ganham até três salários mínimos estão com dívidas em atraso, proporção bem

maior do que entre aqueles com rendimento maior que dez mínimos. E 18% dos que ganham até três mínimos não possuem condições de quitar as dívidas em atraso. Entre aqueles com rendimento maior que dez mínimos, apenas 5% alegam não poder quitar essas dívidas em atraso.

Quando se consideram todas as faixas de renda, o percentual de famílias endividadas subiu de 68% em maio de 2021 para 80,9% em abril de 2026. Por outro lado, no caso da parcela média da renda comprometida com o serviço das dívidas – embora o mesmo padrão de os mais pobres estarem em pior situação se repita –, a tendência desde 2021 foi de manutenção dos percentuais ou até de ligeira queda (ver gráfico 3).

Gráfico 3: Parcela da renda comprometida com dívida (% da renda)



Fonte: Elaboração própria com dados da PEIC (CNC).

Contingente com algum ganho além da inflação da isenção de IR se reduz a 1,7 milhão, pouco para um país em que a população ocupada supera os 100 milhões

Em resumo, a média da renda comprometida com serviço de dívidas não aumentou desde 2021 – o que até surpreendeu Barbosa Filho –, mas o número de famílias endividadas subiu de forma significativa. O economista acrescenta que esses resultados até fazem sentido quando se considera que os bancos aparentemente não deram crédito até níveis de comprometimento de renda insustentáveis. Em vez disso, estenderam crédito a um número maior de famílias.

Isenção do IR

Na análise dos fatores econômicos que influenciam o humor do eleitorado brasileiro, depois de investigarem o mercado de trabalho e o endividamento das famílias, os pesquisadores do IBRE se voltaram à isenção de imposto de renda para rendimentos até R\$ 5

mil (e redução até R\$ 7.350). Afinal, essa iniciativa é vista como um dos grandes trunfos eleitorais do governo, e provavelmente deveria compensar, pelo lado positivo, as insatisfações econômicas da população.

Pesquisa Genial-Quaest de maio de 2026 mostra que 45% dos brasileiros dizem não ter sentido diferença com a isenção do IR, e apenas 21% reportam que a renda cresceu significativamente. Quando se abre por renda, curiosamen-

te, a faixa que tem a maior parcela (25%) reportando um significativo aumento de renda com a isenção do IR é a que ganha até dois salários mínimos – pessoas que já eram isentas do IR antes da medida do ano passado.

A tabela 1 mostra o benefício proporcionado em 2026 pela isenção de IR até R\$ 5 mil (e redução até R\$ 7.350), na comparação com 2025, em reais e em porcentual da renda; e o número de potenciais beneficiários da medida. Em am-

Tabela 1: Ganho da redução do IR em 2026 na comparação com IR 2025

Renda	R\$	%	Potenciais beneficiários	Trabalhadores com carteira
0-3.000	0,0	0,0	0	0
3.500	39,8	1,1	4.514.988	2.347.851
4.000	114,8	2,9	4.863.802	2.055.475
4.500	200,4	4,5	1.936.980	917.878
5.000	312,9	6,3	5.143.420	1.659.507
5.500	246,3	4,5	713.765	304.632
6.000	179,8	3,0	2.366.418	755.507
6.500	113,2	1,7	526.697	215.588
7.000	46,6	0,7	1.479.011	484.087
7.350	0,0	0,0	67.019	24.466
>7.350	0,0	0,0	0	0
Total	-	-	21.612.100	8.764.989

Fonte: Elaboração própria/FGV-IBRE.

bos os casos, a tabela desagrega os resultados por níveis de renda. É bom lembrar que, em 2025, já havia sido garantida a isenção para quem ganha até dois salários mínimos. Assim, os efeitos sentidos em 2026 são aqueles que vão além do alívio tributário já concedido no ano anterior.

Para quem ganha R\$ 3.500 por mês, por exemplo, o ganho com a isenção até R\$ 5 mil é de R\$ 39,8 por mês (redução do desconto na fonte), ou equivalente a 1,1% da renda. Para quem ganha R\$ 5.000, o ganho sobe para R\$ 312,9 por mês, ou 6,3% da renda, o que é considerável. Este é o pico do ganho, como se vê na tabela 1. A partir de R\$ 5 mil, o ganho diminui e é quase irrelevante para quem ganha mensalmente R\$ 7 mil ou mais. Barbosa Filho aponta que, mesmo para os mais beneficiados, considerando a inflação superior a 4%, o ganho é relativamente pequeno.

Os economistas do IBRE assinalam que, em tese, como se vê na tabela 1, os beneficiários potenciais da isenção de IR são 21,6 milhões de pessoas. Porém, como a isenção e redução do IR este ano só se aplica a pessoas com vínculo empregatício CLT (emprego com carteira assinada, com retenção do imposto na fonte), o contingente de beneficiados cai para 8,8 milhões. Os informais não se beneficiarão com a medida e os autônomos formais só terão redução em 2027, quando forem declarar imposto de renda.

Dos 8,8 milhões, em quase todas as faixas de renda, o ganho com isenção de IR é inferior à inflação. O contingente com algum ganho além da inflação se reduz a 1,7 milhão, quando se considera quem tem emprego com carteira assinada. É pouco para um país em que a população ocupada supera os 100 milhões. Na visão dos economistas do IBRE, essa análise mostra por que a isenção do IR até R\$ 5 mil (e redução até R\$ 7.350) pode não estar tendo todo o efeito positivo previsto em termos de índices de confiança ou intenções de voto.

Dessa forma, recapitulando os pontos desta Carta e da Carta de abril, tem-se uma população que não sentiu tanto a melhora dos indicadores do mercado de trabalho pela mudança estrutural e a alta dos alimentos; que contém uma parcela grande de famílias muito endividadas; e que se beneficia menos do que o previsto com a isenção de IR até R\$ 5 mil (e redução até R\$ 7.350). Não é de espantar, portanto, que a percepção de bem-estar seja menor do que sugerem os números do mercado de trabalho e os indicadores macroeconômicos. ■

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

¹Ver: <https://go.fgv.br/KqJxRKKHMuj>

